OUTRAS MATÉRIAS

AUTOS: 2021/616746

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA A APLICAÇÃO DAS PENALIDADES PREVISTAS NA LEI Nº 13.019/2014 E NO DECRETO ESTADUAL Nº 1.835/2017, EM FACE DA OSC ASSOCIAÇÃO BIOTEC AMAZÔNIA,

DECISÃO**– DO RELATÓRIO:**

Que no processo eletrônico em epígrafe, originário da FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISA – FAPESPA, foi juntada a PORTARIA nº 215/2022 – Gabinete, de 19 de outubro de 2022, que instaurou o processo administrativo, em desfavor da OSC Associação Biotec Amazônia, com vistas à aplicação das penalidades previstas na Lei n.º 13.019/2014 e no Decreto estadual nº 1.835/2017, em razão da inexecução do Termo de Colaboração nº 002/2021, referente ao Projeto “PEAD: Pesquisa Estadual por amostra de domicílios”.

Em respeito ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, a OSC Associação Biotec Amazônia foi intimada da instauração do procedimento em 20/10/2022 (seq. 217), ocasião na qual foi aberto o prazo de 10 (dez) dias para apresentação da prévia defesa, em conformidade com o art. 74, § 4º, do Decreto nº 1.835/2017.

Ocorre que o prazo para apresentação da defesa prévia encerrou-se em 30/10/2022, tendo sido prorrogado para o dia útil subsequente 31/10/2022, sem que a OSC tenha apresentado qualquer tipo de defesa prévia.

Assim, a Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA da parceria apresentou manifestação opinando pela aplicação da penalidade de advertência, nos termos do que dispõe o artigo 73, inciso I da Lei nº 13.019/2014. Ressalta-se que a Procuradoria da FAPESPA, por meio do o Parecer Jurídico N.º 280/2022 – PROJUR/FAPESPA (seq. 230) discordou da penalidade aplicada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, recomendando a pena mais adequada, que seria de suspensão temporária de participar de Procedimento de Manifestação de Interesse Social – PMIS e chamamento público, assim como o impedimento de celebrar parceria ou contrato com a administração pública estadual pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e do art. 74 do Decreto estadual nº 1.835/2017.

– DA COMPETÊNCIA PARA APLICAÇÃO DA SANÇÃO:

A aplicação da sanção de suspensão temporária de participar de Procedimento de Manifestação de Interesse Social – PMIS e chamamento público, assim como o impedimento de celebrar parceria ou contrato com a administração pública estadual é de competência exclusiva da Secretária de Estado, conforme dicionário artigo 73, § 1º, da Lei nº 13.019/2014:

1º As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Ministro de Estado ou de Secretário Estadual, Distrital ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

Importa expor, que a suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos, está prevista no inciso II do artigo supramencionado.

– DECISÃO:

Ante o exposto, e em razão da inexecução do Termo de Colaboração nº 002/2021 – FAPESPA, por parte da OSC Associação Biotec Amazônia, DECIDO pela sanção de suspensão temporária de participar de Manifestação de Interesse Social – PMIS e chamamento público, assim como o impedimento de celebrar parceria ou contrato com a administração pública estadual pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e do artigo 74 do Decreto estadual nº 1.835/2017.

Belém, 17 de novembro de 2022.

EDILZA JOANA OLIVEIRA
Assinado de forma digital por EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES:09699848200
FONTES:09699848200 Dados: 2022.11.17 15:08:36 -03'00'
EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES
Secretária de Estado

Protocolo: 880114

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO a publicação do Diário Oficial do Estado nº 35.193, de 21/11/2022, do protocolo nº 878358, de Extrato de Distrato do Termo de Concessão de Bolsa de Incentivo do Programa Pará Profissional, por meio do edital 020/2022 – SECTET, Edital de credenciamento de profissionais especializados para instrutória, coordenação e apoio às atividades administrativas para atendimento às demandas do programa Pará Profissional, sem geração de vínculo empregatício com o Estado do Pará.

APOIO

ADRIANA ALVES DAMACENA
Esta publicação tem efeito retroativo a contar da data de 18.11.2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, em 23 de novembro de 2022.
Edilza Joana Oliveira Fontes
Secretária de Estado

Protocolo: 880446

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO**PORTARIA Nº 269/2022 – GABINETE, de 23 de Novembro DE 2022.**

O DIRETOR-Presidente da FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no parágrafo único, VIII, do art. 7º, da Lei Complementar Estadual nº 061, de 24 de julho de 2007 e alterações posteriores;
CONSIDERANDO a Lei 8.666/93 e o que norteia o Decreto Estadual nº 870/2013, dispondo sobre a supervisão, fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos, convênios e termo de cooperação firmados pelos Órgãos e Entidades do Poder executivo do Estado do Pará.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, BENEDITO DE JESUS HENDERSON GORDO, matrícula nº 5916900/1, para exercer o encargo de fiscal do contrato nº 018/2022, firmado entre a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa – FAPESPA e a empresa R. Figueiró Pereira & Cia Ltda, o presente contrato tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada fornecimento de aparelhos de ar condicionado, juntamente com a instalação conforme Processo nº 2022/1252815.

Art. 2º DESIGNAR, MARIA ROSIANE BORGES FONSECA, matrícula nº 5942078/1, para, na ausência do titular, exercer o cargo de substituto.
Art. 3º TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA n. 268/2022-GABINETE, de 22 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado n. 35.197, de 23 de novembro de 2022.

Art. 4º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se quaisquer outras disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do DIRETOR-Presidente, em 23 de Novembro de 2022.
Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Protocolo: 880134

CONTRATO**TERMO DE OUTORGA N.º 114/2022**

Objeto: O apoio da FAPESPA à realização do Evento denominado SISARA - VI Simpósio de Saúde da Região do Araguaia, a ser desenvolvido pelo(a) OUTORGADO(A), que ocorrerá no período de 15 a 17 de dezembro de 2022, no Auditório da Universidade do Estado do Pará - Centro de Ciências Biológicas e Saúde - Campus VII - Conceição do Araguaia/PA.

Outorgado(a): Priscilla Rodrigues Caminha Carneiro
Valor: R\$ 25.438,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito reais)
Vigência: Da data de assinatura do instrumento até 90 (noventa) dias após o fim da realização do Evento
Data de Assinatura: 23/11/2022
Dotação Orçamentária: 19.573.1490.8699
Funcional Programática: 8699
Fonte: 0101
Natureza de Despesas: 339020
Marcel do Nascimento Botelho - Diretor-Presidente.

Protocolo: 880607

TERMO ADITIVO A CONTRATO**Extrato****2º Termo Aditivo ao Contrato nº 010/2021**

Contratada: DANYELLY MAYARA BASTOS SERRA
CPF: 002.783.062-41
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de servidor temporário n. 010/2021, com fundamento no artigo 10, II, b, do ADCT e na jurisprudência consolidada pelo Supremo Tribunal Federal, até 17/08/2023.
Vigência: 01/01/2023 a 17/08/2023
Dotação: 19.122.1297.8339
Natureza de Despesa: 319004
Fonte: 0101
Processo nº 2022/1118372
Ordenador: MARCEL DO NASCIMENTO BOTELHO - Diretor-Presidente da FAPESPA.

Protocolo: 880669

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 006/2022
Concedente: FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA.

Conveniente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – UEPA.
Objeto: A execução de projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com transferência de recursos financeiros públicos, cuja finalidade é a execução do projeto intitulado “Estudo da qualidade microbiológica, atividade antimicrobiana, efeitos toxicológicos e estabilidade dos grãos de açaí torrado e moído, visando a regulamentação do produto”.